



SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

www.suframa.gov.br

Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, sexta-feira, 16 de março de 2012

JORNAL DO COMMERCIO CAPA	1
JORNAL DO COMMERCIO Buracos	2
POLITICA	
JORNAL DO COMMERCIO Veículos importados	3
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO Importação	4
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO Mais de 4.500 demitidos até mês de março	5
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO Follow-Up	6
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO Falta de estratégia gera desindustrialização	7
ECONOMIA	
A CRITICA PIS E COFINS	8
ECONOMIA	
A CRITICA PIS E COFINS (continuação)	9
ECONOMIA	
A CRITICA EM MANAUS	10
ECONOMIA	
DIÁRIO DO AMAZONAS Governos preparam medidas para conter 'onda' de produtos importados	11
ECONOMIA	
MASKATE Avanço registrado em dezembro	12
ECONOMIA	
MASKATE Produção da indústria mantém ritmo	13
ECONOMIA	

CAPA

Mais de 4,5 mil já foram demitidos desde janeiro

Março ainda nem terminou e o polo industrial já demitiu quase 50% a mais no primeiro trimestre deste ano em relação ao mesmo período do ano

passado. Foram 4.535 demissões homologadas pelo Sindmetal-AM (Sindicato dos Metalúrgicos do Amazonas) entre 1º de janeiro e 15 de março

deste ano, 49,03% a mais do que em 2011, quando os dados fechados dos três primeiros meses somavam 3.043 desligamentos.

Página A5

Buracos

Miki cobra recuperação das ruas do Distrito

A precariedade das ruas do Distrito Industrial de Manaus levou o vereador Massami Miki (PSL) a ingressar requerimento na Seminf (Secretaria Municipal de Infraestrutura) a recuperação da camada asfáltica, abrangendo o DI pelas zonas leste e norte. As más condições das vias começam a prejudicar o transporte de insumos para as empresas instaladas no local. Como muitos componentes são frágeis, algumas peças estão chegando às fábricas danificadas, alterando a sistemática de produção e gerando prejuízos às companhias. Massami já chama a atenção para o problema há algum tempo na CMM (Câmara Municipal de Manaus). Por outro lado, a grande quantidade de buracos e a falta de sinalização nas vias aumentam consideravelmente os riscos de acidente. Isso acontece, porque para fugir das crateras alguns motoristas invadem pistas

na contramão para evitar impactos com os buracos. "A Prefeitura de Manaus diz que não é com ela a responsabilidade e a Suframa também se esquivava. É um jogando a bola para o outro. Precisamos deixar as picuinhas de lado e resolver essa situação, pois toda a economia do Estado depende do Distrito Industrial, além das pessoas que moram na região", alertou o liberal.

Massami citou como local mais crítico a avenida Buriti, na entrada do Residencial Eliza Miranda, no sentido centro-bairro. "Lá existem grandes crateras e o asfalto é inapropriado para uma avenida de tráfego pesado e tão essencial para o Distrito Industrial, e também para os usuários que dependem dela". O requerimento solicitando do município a recuperação das ruas do Distrito Industrial já está tramitando na Câmara Municipal sob o número 299.

Veículos importados

Brasil corre risco de ficar sem fábricas

Importadores anunciaram instalação de unidades no país, mas ameaçam retirar projetos por indefinição

As importadoras de veículos que anunciaram a instalação de fábricas no Brasil estão repensando seus investimentos. A informação é do presidente da Abeiva (Associação Brasileira das Empresas Importadoras de Veículos Automotores), Flávio Padovan, eleito ontem. "Mesmo as empresas que têm planos (de montar uma fábrica no Brasil), estão repensando", disse.

Segundo o executivo, a Abeiva tenta, junto ao governo federal, uma flexibilização para a medida que aumentou em 30 pontos por-

centuais o IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), em vigor desde dezembro de 2011. "As fábricas estão revendo a intenção de instalar fábricas e precisamos de uma regra clara em relação

Mês de fevereiro registrou queda de 8,2% nos emplacamentos de veículos importados em relação a janeiro

ao IPI. Precisamos que a rede de concessionárias sobreviva até lá", disse.

Um dos objetivos da Abeiva em relação às conversas com o governo é estabelecer um sistema de cotas para a im-

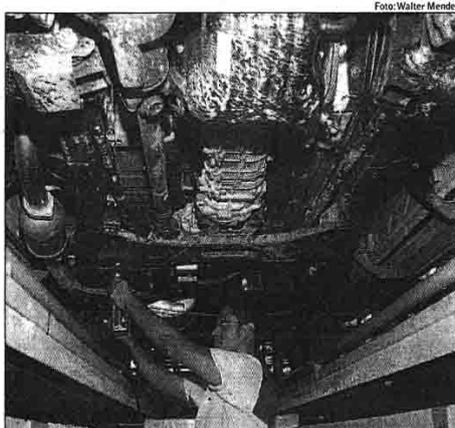


Foto: Walter Mendes

Representantes do setor avaliam que é preciso regra clara para o IPI

portação por parte das empresas associadas da Abeiva. "Há rumores de que o sistema de cota não foi aceito (pelo governo), mas ainda não recebemos uma posição oficial", disse o executivo.

Nessa semana, o diretor de produção da BMW, Frank-Peter Arndt, disse na Alemanha que o grupo pode desistir de construir uma fábrica em Santa Catarina ou São Paulo. "Não iremos para o Brasil para termos prejuízo", afirmou. As chinesas Chery e JAC Motors também têm planos de instalar fábricas no País, mas informaram que o cronograma não foi alterado.

Emplacamentos

O mês de fevereiro registrou

queda de 8,2% nos emplacamentos de veículos importados em relação a janeiro segundo dados da Abeiva - Associação Brasileira das Empresas Importadoras de Veículos Automotores, com base nas vendas de afiliadas à entidade.

Foram emplacadas 10.430 unidades em fevereiro, contra 11.367 veículos de janeiro. Na comparação com fevereiro de 2011, quando foram emplacados 11.895 veículos, houve decréscimo de 12,3%.

Ainda segundo a Abeiva, o mercado interno também registrou queda em fevereiro contra janeiro, quando foram emplacadas 252.697 unidades. Em relação a janeiro de 2011, houve queda de 8,9%.

Importação

Varejo têxtil questiona estudo do governo para elevar imposto

A Abvtex (Associação Brasileira do Varejo Têxtil), que representa as principais redes do varejo nacional que comercializam vestuário, bolsas e acessórios de moda, além de cama, mesa e banho, questionou a medida em estudo pelo governo de aumentar o IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) vinculado à importação de confecções para trazer competitividade

à indústria nacional.

"Qualquer medida que onere artigos importados não resolve o problema da falta de competitividade da indústria nacional. Além disso, com o aumento no IPI, o artigo de vestuário importado, que tem auxiliado na manutenção dos índices de inflação, ficará mais caro e penalizará, principalmente, as classes C e D", informou em nota oficial

a entidade.

Desde 2006, as importações brasileiras da área têxtil e de confecções superam as exportações. O déficit comercial vem crescendo em ritmo acelerado. A produção registrou queda no ano passado em relação a 2010, apesar do crescimento nas vendas, e os empresários do ramo negociam com o ministro da Fazenda, Guido Mantega, medidas para ajudar o setor.

"Como diretamente interessada no desenvolvimento da indústria têxtil nacional, pois o varejo comercializa 90,7 % de produtos fabricados nacionais (ficando a parcela de importações em 9,3%), segundo dados do Instituto de Estudos e Marketing Industrial, a Abvtex apoia medidas que reduzam o custo Brasil, este sim prejudicial à competitividade da indústria",

informa a entidade.

Para a associação, os principais problemas do setor produtivo são a elevada carga tributária e a onerosa folha de pagamentos. "É necessário que setores da indústria reivindiquem medidas que tornem a indústria mais competitiva, que revertam em investimento para ganho em escala de produção, capacitação na gestão e da mão de

obra e inovação em matérias-primas, por exemplo."

A importação de produtos de vestuário, de acordo com a Abvtex, tem "o papel de complementar o mix de produtos para atendimento da crescente demanda, principalmente nos segmentos em que a indústria não tem vocação, além de auxiliar no controle da inflação do segmento".

Mais de 4.500 demitidos até mês de março

Juliana Geraldo

Março ainda está na metade e o PIM já demitiu quase 50% a mais no primeiro trimestre de 2012 em relação ao mesmo período do ano passado. Foram 4.535 demissões homologadas pelo Sindmetal-AM (Sindicato dos Metalúrgicos do Amazonas) entre 1º de janeiro e 15 de março deste ano, 49,03% a mais do que em 2011, quando os dados fechados dos três primeiros meses somavam 3.043 desligamentos.

Só na primeira quinzena deste mês, mil trabalhadores foram dispensados, praticamente o mesmo número referente a março inteiro do ano passado, com 1.012 desligamentos.

O levantamento da quinzena aponta entre as maiores demissões, as praticadas pela Moto Honda, principal representante do polo de duas rodas e pela Elcoteq da Amazônia, do segmento eletroeletrônico, com 98 e 180 homologações, respectivamente.

Em geral, a justificativa dada pelas empresas é de 'reajuste de quadro funcional'. Esse foi o caso de um grupo de trabalhadores da Nokia presentes, na quinta-feira, 15, no Sindmetal

para homologar as demissões. Mesmo sem se identificar, eles contam que fazem parte de um grupo de sete alimentadores de linha de produção demitidos da fabricante finlandesa na semana passada. Um deles acrescenta que pequenos grupos como esse vêm 'recebendo a conta' desde o início de março.

"A importação da China, com os produtos entrando violentamente no país tem dificultado

Polo eletroeletrônico foi o líder de cortes na quinzena com 653 desligamentos, frente de 477 de março de 2011

a nossa competitividade e é o principal motivo das demissões", apontou um dos diretores do Sindmetal-AM, José Osmar Santana.

Na análise do presidente do Cieam (Centro da Indústria do Estado do Amazonas), Wilson Périco, o governo federal precisa ter a preocupação de preservar não só os investimentos, mas os empregos gerados por eles. "Por isso, ansiamos por medidas como a elevação do IPI (Impostos sobre Produtos Industrializados) na importação em várias áreas e outras tri-

butações que possam frear essa entrada, afinal, o impacto social é muito grande", lamentou.

Ele acrescenta que além da concorrência, há o agravante da sazonalidade dos primeiros meses do ano. "Janeiro é marcado pelas férias, fevereiro pelo Carnaval e março pelas despesas de início de ano e compromissos como o pagamento de impostos - IPTU e IPVA. Isso enfraquece o comércio e por consequência desacelera a

produção industrial, o que em última instância interfere nos empregos".

Eletroeletrônico em baixa

O polo eletroeletrônico foi o líder de cortes na quinzena com 653 desligamentos, frente os 477 de março de 2011, o que representa acréscimo de 36,89% no número de demitidos. Até quinta-feira, o segmento já demitiu 2.896 empregados em 2012.

José Osmar Santana explica que esse segmento tem enfrentado outro entrave. Ele cita o caso da Semp Toshiba, acusada de demissão em massa no início do ano. "Aquela demissão da Semp Toshiba foi na área da produção de TVs de tubo. Isso é um outro fator: a dificuldade e o custo de se conseguir



Semp Toshiba foi uma das empresas que demitiram grande número de colaboradores neste ano no PIM

insuamos antigos como um cinescópio não valem mais a pena no ponto de vista empresarial", destacou.

Já o presidente do Sinaes-AM (Sindicato das Indústrias de Aparelhos Elétricos, Eletrônicos e Similares do Estado do Amazonas), Celso Piacentini, diz que o segmento é o mais atingido porque possui uma competitividade mundial mais acirrada. "Com a crise na Europa, os produtores desse setor ficaram sem ter pra quem vender, já que o mercado europeu se fechou, esperando por tempos melhores para a economia. Então sobrou produto no mercado. É como se o mundo inteiro (considerando os produtores) tivesse enxergado o Brasil como a solução. Por isso, os fabricantes em especial os chineses passaram a nos atacar com sua produção enalhada. Como essa situação vem se arastando desde o ano passado, o resultado é esse, reflexo sobre nossos empregos", constatou.

Dados

CORTE DE PESSOAL

1º TRIMESTRE/2012 - 4.535 DESLIGAMENTOS

MÊS	Nº DE DEMISSÕES
Jan/2012	1.533
Fev/2012	2.002
*Mar/2012	1.000

*Dados parciais (até 15 de março)

SEGMENTOS

MARÇO/2012	Nº DE DEMISSÕES
Meio magnético	23
Polo de duas rodas	140
Eletroeletrônico	653
Metalúrgico	184

MARÇO/2011	Nº DE DEMISSÕES
Meio magnético	0
Duas rodas	170
Eletroeletrônico	477
Metalúrgico	365

Follow-Up



O baixo crescimento da indústria

A participação do setor industrial no PIB do Brasil situa-se nos níveis de 46 anos atrás, quando o presidente Juscelino Kubitschek impulsionou a industrialização. Desde então, a fatia da indústria manufatureira no PIB não alcançou nível tão baixo quanto em 2011. Nesse ano, a indústria, que transforma matérias primas em bens de consumo ou em bens de produção, representou apenas 14,6% do PIB nacional. Patamar menor do que esse só aconteceu em 1956, quando foi de apenas 13,8%. De lá para cá, a indústria se diversificou bastante, mas seu peso relativo não cresceu na mesma proporção. O auge dessa participação foi em 1985 (27,2%). Desde então, essa porcentagem vem caindo.

Para explicar o enfraquecimento da indústria, Paulo Skaf, presidente da Fiesp (Federação das Indústrias de São Paulo), disse: "Temos energia cara, spreads bancários dos maiores do mundo, câmbio valorizado, custo tributário enorme e

uma importação maciça. A queda da indústria no PIB é a prova do processo de desindustrialização". Na percepção de André Macedo, gerente da Pesquisa Industrial do IBGE, há dois fatores que explicam o declínio da indústria na composição do PIB: "O avanço dos serviços e da agricultura e o crescimento das importações". Segundo ele: "A importação pode modernizar o país, mas dependendo do que se importa prejudica a indústria. E esse setor é importante por ofertar boa parte dos empregos mais qualificados".

O governo diz que tem observado o comportamento da indústria e reconhece que há um processo de desintegração de alguns elos da cadeia industrial, mas evita falar em 'desindustrialização'. O que acontece é que os demais setores da economia (serviços e setor primário) cresceram nos últimos anos com velocidade maior que a da indústria de transformação. A perda continuada de mercados, que explica essa queda, é decorrência da redução progressiva da competitividade causada pelo

'custo Brasil' e pelo câmbio.

Helóisa Menezes, secretária do Desenvolvimento da Produção do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), acha que o Programa Brasil Maior, que o governo lançou em 2011 para socorrer alguns setores da indústria, poderá ajudar as empresas a enfrentar a valorização do real em relação ao dólar, que favorece os produtos importados. De acordo com a secretária, "A atual taxa de câmbio, de fato, atua no sentido contrário ao nosso esforço de dar condições de competição à indústria".

Samuel Pessoa, economista e pesquisador da FGV, lembra que a situação da indústria piorou desde 2008 devido à crise internacional, responsável pelo aumento da oferta de manufaturados para o país e à elevação da demanda internacional dos produtos primários que exportamos. Para ele, "A taxa de câmbio só está refletindo essa situação".

A Abec (Associação Brasileira de Empresas de Comércio Exterior) diz que é um erro imputar às importações

a causa dos problemas da indústria nacional. Para Ivan Ramalho, presidente da entidade e secretário executivo do MDIC no governo Lula: "A importação brasileira é saudável. A perda de participação da indústria no PIB ocorre pela falta de competitividade e não por causa da importação".

Potencial da Amazônia

Pesquisadores da Universidade Yale, EUA, descobriram um fungo que pode acabar com um dos maiores problemas do planeta. Foi achado na floresta Amazônica o 'pestalotiopsis microspora', um fungo que pode degradar e utilizar matéria plástica em sua respiração anaeróbica. Segundo artigo publicado pelos pesquisadores, "diversos organismos ativos foram encontrados, incluindo dois isolados do 'pestalotiopsis microspora', que possuem a habilidade de degradar e

utilizar eficientemente o PUR (poliuretano) como única fonte de carbono, quando cultivada anaerobicamente". O fato é auspicioso, pois o PUR é um plástico que causa sérios problemas do mundo quando o assunto é acúmulo de lixo. Uma vez que o fungo pode sobreviver em ambiente livre de oxigênio, conclui-se que se está perto de uma solução para a degradação mais rápida do plástico. O grupo de Yale integra o projeto 'Rainforest Expedition and Laboratory', que tem por objetivo descobrir propriedades úteis nas florestas pluviais. A cada dia, é mais evidente o potencial da Amazônia. É lamentável que o CBA (Centro de Biotecnologia da Amazônia) – criado há mais de 10 anos pela Suframa – continue enfrentando os entraves e as irracionalidades da burocracia nacional, o que o tem impedido de entrar em pleno funcionamento.

Esta coluna é publicada às quartas, quintas e sextas-feiras e é elaborada sob a coordenação do economista Ronaldo Bomfim. cieam@cieam.com.br e rbomfim@hotmail.com

Falta de estratégia gera desindustrialização

Boletim do instituto mostra que falta de organização afeta indústria de transformação em todo o país

A falta de uma estratégia nacional de desenvolvimento está contribuindo para acabar com o setor industrial do país, sobretudo, o da indústria de transformação. A conclusão consta do boletim Conjuntura em Foco, divulgado na quinta-feira, 15, pelo Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). O instituto aponta que a falta de uma estratégia para o setor e de investimento em infraestrutura acentua o processo atual de desindustrialização precoce no Brasil.

De acordo com o coordenador do estudo, Roberto Messenberg, a falta de dinamismo e competitividade industrial está favorecendo o crescimento do peso relativo de serviços de má qualidade no Brasil e criando uma economia ruim.

"Acho que o governo está lidando com alguns aspectos do problema de maneira muito pontual, com efeitos de curto prazo. O setor público precisa organizar o processo de investimentos da economia. Em alguns setores, ele mesmo pode investir, em outros, fazer a concessão, criar as normas de exploração. Enfim, ele precisa de uma estratégia. Está faltando esse processo de socialização da decisão de investimento".

Algumas saídas, segundo Messenberg, seriam não deixar que o câmbio aprecie mais, manter

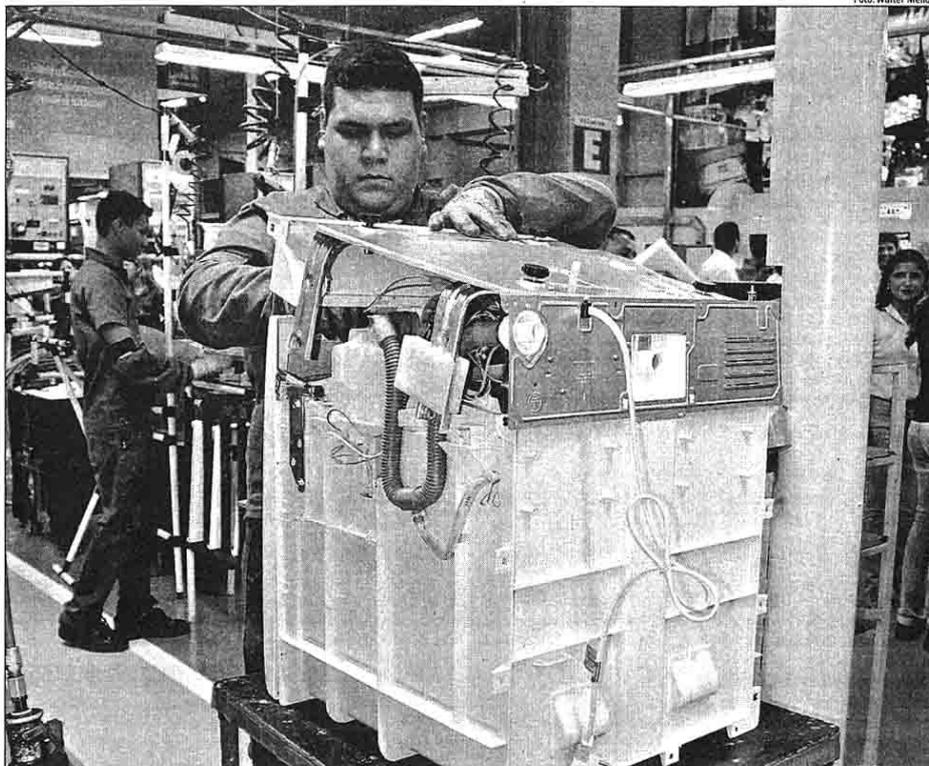


Foto: Walter Mendes

O estudo, que utilizou dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), chama a atenção para a forte queda na produção da indústria de transformação

a trajetória da taxa de juros em permanente queda, aumentar o ritmo da taxa de investimento, reduzir as estruturas de custos para o setor e buscar um modelo de desenvolvimento sustentável.

O estudo, que utilizou dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), chama a atenção para a forte queda na produção da indústria de transformação. Um dos gráficos mostra que, entre 2008 e 2011, enquanto o setor financeiro cresceu 23,1%, a extração mineral cresceu 12,8% e o desempenho da indústria de transformação caiu 5,7%.

O boletim ressalta o fato de o consumo interno estar sendo cada vez mais suprido por produtos manufaturados. Reflexo disso seria a diminuição gradual da população ocupada na indústria, que representava 17,7% da população ocupada em 2004 e que caiu para 16,5% em 2001. O Ipea também ressalta que o déficit da balança comercial de produtos manufaturados, entre janeiro de 2011 e janeiro de 2012, ficou em US\$ 94,3 bilhões.

"Enquanto discutimos ideias, países como os Estados Unidos já estão testando alternativas sustentáveis de desenvolvimento, como no setor energético, por exemplo. É preciso agir, antes que façam uma verdadeira queimada da indústria brasileira", concluiu Messenberg.

PIS E COFINS

Vendas internas da ZFM isentas

Internet/Reprodução

Ministro Celso Castro Meira, do STJ

As vendas de produtos entre empresas instaladas na Zona Franca de Manaus (ZFM) podem ser equiparadas a operações de exportação. Por isso, estão isentas de PIS e Cofins. O entendimento é da 2ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Para os ministros, o benefício – garantido para as mercadorias destinadas à ZFM – deve ser estendido às empresas instaladas no local, de modo a obedecer os objetivos da criação da ZFM, ou seja, garantir o desenvolvimento econômico e social da região amazônica.

O STJ analisou o tema a partir de um recurso da Fazenda Nacional contra decisão do Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região, que havia dispensado a Samsung do Brasil do recolhimento dos tributos incidentes sobre sua receita. A discussão girou em torno do artigo 4º do Decreto-Lei nº 288, de 1967, que equipara às exportações a venda de produtos para a Zona Franca de Manaus.

Para a Fazenda, o dispositivo refere-se apenas “às exportações” para a região. Dessa forma, defendeu que a venda de produtos da Samsung a outras empresas instaladas na região implicaria apenas em circulação de mercadorias, e não exportação.

PIS E COFINS (continuação)

DIFERENTE

Mas, ao analisar o caso, o ministro relator do recurso, Castro Meira, entendeu que a interpretação da União não é compatível com a finalidade da Zona Franca. “Se era pretensão do governo atrair o maior número de indústrias para a região, reduzindo a dependência dos produtos importados, não é razoável concluir que o dispositivo tenha almejado beneficiar, tão somente, empresas situadas fora da ZFM”, diz. Caso contrário, afirma, em relação ao PIS e a Cofins, seria mais vantajoso para qualquer empresa não fixar sede na Zona Franca de Manaus, “o que atenta contra o espírito do decreto-lei, que objetivava, justamente, estimular o investimento na região”.

Para advogados, o precedente é relevante porque a mesma tese poderá ser usada para obter a isenção do PIS e da Cofins nas 24 zonas de processamento de exportação (ZPE). “Pela fundamentação que foi dada, a aplicação da isenção é ampla e irrestrita”, diz Jorge Zaninetti, do escritório Siqueira Castro Advogados.

EM MANAUS

Faturamento no varejo caiu

Sondagem do Comércio Varejista local mostra isso em janeiro deste ano, quando comparado a igual período no ano passado

Em janeiro, tanto o faturamento quanto as vendas brutas apresentaram variação negativa na comparação com dezembro de 2011, com índices de 8,16% e 8,34% respectivamente. Na comparação com janeiro de 2011, o faturamento apresentou aumento de 14,45% e as vendas brutas de 13,81%, com destaque para o comércio automotivo.

Os dados figuram na análise da Sondagem do Comércio Varejista de Manaus referente ao mês de janeiro de 2012, os quais mostram também que apenas o nível de emprego e estoque apresentaram variação positiva em seus índices.

O índice de emprego apresentou ligeira variação positiva de 0,07% na comparação com dezembro de 2011. Na comparação com janeiro do ano passado o índice também apresentou variação positiva de

Esperado

Na análise geral dos dados levantados pela Sondagem do Comércio Varejista, observou-se queda tanto nas vendas quanto no faturamento bruto em relação ao mês de dezembro de 2011, resultado que já era esperado para o mês de janeiro.

2,35%, impulsionado principalmente pelo comércio de bens duráveis, que teve aumento de 8,75%.

FOLHA

A folha de pagamento apresentou variação negativa tanto na comparação com dezembro de 2011, quanto na comparação com janeiro de 2011, em parte

Em números



devido ao comércio de materiais de construção, que teve queda de 7,47%, quando comparado ao mesmo período do ano passado.

O nível de estoque foi positivo tanto na comparação com dezembro quanto com janeiro de 2011, com porcentual de 2,39% e 19,34% respectivamente. O importante nesse indicador é a empresa estar preparada para atender todos os clientes, sem imobilizar demais o seu capital, mas, ao mesmo tempo, ter estoques que possam garantir as vendas e repor os produtos para o consumo do dia a dia.

Na análise da forma de pagamento, observou-se que o pagamento à vista, com exceção do comércio automotivo, ainda é a opção mais escolhida na maioria das atividades, em particular para o grupo dos bens não duráveis, que apresentou índice de 74,9%.

Governos preparam medidas para conter 'onda' de produtos importados

TEXTO Daisy Melo
FOTO Divulgação

MANAUS

O aumento do volume de importações de bens manufaturados, principalmente chineses, tem preocupado a indústria não apenas local, mas nacional. A elevada entrada de telefones celulares é uma das 'ondas' que precisam ser contidas, segundo representantes locais. Fontes oficiais afirmaram que o governo federal planeja o aumento do Imposto de Importação (II) para proteger a produção nacional. Questionado, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic) não se pronunciou.

Entre as possíveis saídas apontadas para o problema por representantes da indústria, está a criação de barreiras tarifárias, como o aumento da alíquota do II. Nos bastidores da indústria local afirma-se que essa será a solução empregada pelo governo federal para proteger a indústria nacional da ferrenha concorrência chinesa. "O governo vai fechar a questão dos importados como um todo, não é algo específico para o celular, mas isso será conveniente para esse setor ganhar 'fôlego'", afirmou uma fonte oficial da indústria, que não quis ser identificada.

Somente no primeiro bimestre desse ano, as importações do Amazonas registraram crescimento de 10,5%. As compras fora do País aumentaram de US\$ 1,808 bilhão de janeiro a fevereiro de 2011 para US\$ 1,999 bilhão nos dois primeiros meses deste ano. A China aparece no topo dos países que mais abastecem o Estado. Do total importado nesse período, as compras de produtos chineses somaram US\$ 739 milhões, segundo dados do Sistema Ali-se, do Mdic.

No último dia 9, o ministério abriu prazo para receber pedidos de elevação temporária

DE NÚMEROS

16%

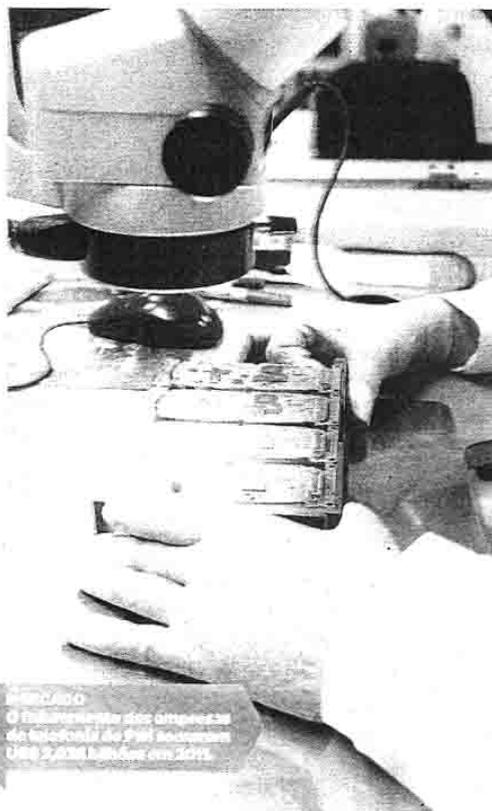
Esse é o atual valor do percentual do imposto de importação (II) cobrado sobre os aparelhos de telefones celulares.

do II. Amparada pela decisão CMC 39/11 do Mercosul, a alternativa oferecida ao empresário possibilita a flexibilização da alíquota da Tarifa Externa Comum (TEC) em caso de desequilíbrio comercial causado pela conjuntura econômica internacional. O ministério não divulgou o número de pedidos feitos até o momento e nem os produtos aos quais os pedidos estão relacionados. O prazo encerra dia 2 de abril.

"O governo precisa tomar medidas em relação às tarifas para desacelerar as importações do bem manufaturado, que está tirando espaço das empresas brasileiras", afirmou o gerente executivo do Centro Internacional de Negócios (CIN) da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam), José Marcelo Lima. A abertura do mercado globalizado e o preço atrativo dos eletrônicos chineses motivaram a proliferação dos produtos asiáticos no mercado mundial, segundo o dirigente.

A indústria nacional de telefonia celular é um dos setores que estão em competição acirrada com os importados, segundo o presidente do Sindicato da Indústria de Aparelhos Elétricos, Eletrônicos e Similares do Estado do Amazonas (Sinaees/AM), Celso Piacentini. "Não somente a Zona Franca, mas o Brasil inteiro está sofrendo com essa competitividade, principalmente da China", disse.

Com a preferência da compra por produtos estrangeiros, a produção industrial desaqueceu. Segundo a pesquisa men-



ABRILHADO
O faturamento das empresas de telefonia do País somaram US\$ 2,038 bilhões em 2011.

Na Zona Franca de Manaus, a produção de celulares chegou a 23 milhões de unidades em todo o ano passado.

FRASE



José Marcelo Lima.
Gerente do CIN/Fieam

O governo precisa tomar medidas em relação às tarifas para desacelerar as importações do bem manufaturado, que está tirando espaço das empresas brasileiras"

CONCORRÊNCIA

Celular importado cresceu 137%

Segundo levantamento da Teleco, o número de celulares importados no Brasil cresceu 137,9% em 2011 em comparação ao ano anterior. O volume saltou de 5,8 milhões em 2010 para 13,8 milhões no ano passado. Já as exportações no Brasil caíram 82%, passando de 12,6 milhões em 2010 para 6,9 milhões em 2011.

Na Zona Franca de Manaus, a produção de celulares chegou a 23 milhões de unidades em todo o ano passado. Desse total, a maior parcela (20.695 unidades) serviu para abastecer o mercado nacional. O faturamento das empresas de telefonia do PIM somaram US\$ 2,038 bilhões.

O avanço dos produtos 'made in china' é mundial, segundo o gerente executivo do CIN. "Os produtos chineses invadiram a Europa, Estados Unidos e outros países da América do Sul", disse. A matéria-prima e a mão de obra chinesas são mais baratas o que justifica a vantagem da China, segundo o dirigente. "Em relação ao Brasil, a diferença está nos encargos trabalhistas, que no País são muito caros".

O titular da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), Thomaz Nogueira, afirmou que "toda proteção à indústria nacional é bem-vinda para a permanência da geração de emprego". Sobre o assunto, a Nokia informou que a prioridade da empresa é abastecer o mercado interno, e que a valorização do Real dificulta as exportações.

Sobre um possível aumento do II, José Marcelo Lima afirma que "é preciso muita habilidade política". "Qualquer medida para inibir a importação gradualmente ou não pode interferir nas relações comerciais, uma medida contra as importações chinesas pode colidir as exportações da China, que compra commodities do Brasil", avaliou.

O vice-presidente da Fieam, Nelson Azevedo, afirma que outra medida que pode conter as importações é o aumento do imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para proteger os produtos nacionais.

Avanço registrado em dezembro



Segundo o instituto, o impacto positivo, registrado no último mês de 2011, se deve ao setor de alimentos e bebidas, por meio da fabricação de xaropes. As máquinas e equipamentos também influenciaram no crescimento com o de refino de petróleo e produção de álcool. Outro setor foi o de edição e impressão, com a produção de DVD, forno microondas e gasolina automotiva.

Já os setores de fabricação de material eletrônico, aparelhos e equipamentos de comunicação, médico-hospitalares, ópticos e produtos de metal foram responsáveis pelo recuo sobre a média geral. De acordo com os dados da pesquisa do instituto, os segmentos foram pressionados na redução de fabricação de telefones celulares, relógios de pulso e aparelhos de barbear.

Produção da indústria mantém ritmo

A produção industrial do Amazonas apresentou tímido crescimento em janeiro deste ano em comparação a dezembro de 2011, segundo pesquisa divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nesta terça-feira (13). O resultado foi de apenas 0,1%. De acordo com o IBGE, a produção da indústria recuou em 9 das 14 regiões analisa-

das. Em todo o país, a atividade caiu 2,1%. Entre os estados onde a indústria apresentou elevação no desempenho, a Bahia apareceu com a maior expansão, 12,6%. A região Nordeste (5,7%), Goiás (3,3%) e Rio Grande do Sul (0,5%) também tiveram recuo.

As maiores quedas na produção foram verificadas no Pará (-13,4%) e no Para-

ná (-11,5%), após registro de três meses seguidos de alta. A produção do Rio de Janeiro e do Ceará também tiveram recuos acima da média nacional, 5,9% e 3,1%, respectivamente.

Abaixo da média, estão: São Paulo (-1,7%), Santa Catarina (-1,6%), Minas Gerais (-1,3%), Pernambuco (-1,0%) e Espírito Santo (-0,4%).



Preposto na Justiça do Trabalho

Módulo I

1.0 PREPOSTO E A SUA IMPORTÂNCIA

- 1.1 - Previsões legais CLT, Jurisprudência e Súmulas do Tribunal Superior do Trabalho;
- 1.2 - Escolha do Preposto;
- 1.3 - Apresentação e Habilitação do Preposto.

2.0 RECLAMAÇÃO TRABALHISTA

- 2.1 - Partes litigantes (Reclamante, Reclamada e Litisconsorte);
- 2.2 - Competência da Justiça do Trabalho (Absoluta e Relativa);
- 2.3 - Modificações da Competência (Prevenção, Competência e Continência);
- 2.4 - Visão Objetiva das fases processuais das ações trabalhistas.

Módulo II

3.0 DEFESA RECLAMADA

- 3.1 - Política de ações (Antes, Durante e depois da Audiência Trabalhista);

3.2 - O preposto e o conhecimento dos fatos;

3.3 - A revella e a confissão: Súmula 122 colenda TST;

3.4 - Coleta de provas, documentos, testemunhas e perícia;

3.5 - Tipos de Audiência (Conciliação, Instrução, Julgamento, Una Inaugural e Prósseguimento);

3.6 - Pregão da Audiência;

3.7 - Dinâmica da audiência de instrução e julgamento.

4.0 PROVAS

4.1 - Qual a importância;

4.2 - O que é responsabilidade do reclamante e o que é responsabilidade da empresa;

4.3 - Quais são os meios de prova;

4.4 - Algumas observações sobre as testemunhas (do reclamante e da empresa);

5.0 ACORDO - CELEBRAR OU AGUARDAR A SENTENÇA?

5.1 - Análise do caso;

5.2 - Proposta de Acordo (Quando e

como propor, Proposta do Juiz);

5.3 - Tributos e Custas (Acordos x Sentença).

Módulo III

6.0 SIMULAÇÃO DE AUDIÊNCIA

6.1 - Revisão Prática do conteúdo ministrado em um ambiente de simulação onde os participantes poderão tirar suas dúvidas.

Duração de

12 horas

19 a 21/mar/2012

14:00h às 18:00h

Investimento **R\$ 350,00**

Forma de Pagamento

- À vista
- PIX (Banco do Brasil) (Estrato - 30 dias)

Informações

3652-5000
www.muraki.org.br

Av. Professor Nilton Lins, 1697
Parque das Laranjeiras

MURAKI